



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade

Ofº nº 2895/SEAPI – 15 Novembro 2011

Exma. Senhora
Secretária-Geral da
Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data
--------------	------------------	--------------	------

ASSUNTO: RESPOSTA À PERGUNTA N.º 472/XII/1.ª

Encarrega-me a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade de enviar cópia do ofício n.º 2018 de 14 de Novembro do Gabinete da Senhora Ministra da Justiça, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Marina Resende

SMM



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

GABINETE DA MINISTRA

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de S. Exa. a Secretária de
Estado dos Assuntos Parlamentares e da
Igualdade
Palácio de S. Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA
Of. 1112

SUA COMUNICAÇÃO
02.09.2011

NOSSA REFERÊNCIA
Pº 848/2009 Pasta F
Pº 2018

LISBOA
14 NOV. 2011

ASSUNTO: Pergunta nº 472/XII/1ª do Grupo Parlamentar do PCP

1 / 2 / 3 / 4 – Como avalia o Governo a possibilidade de extinção da comarca do Nordeste? Que avaliação fez o Governo das possibilidades de melhoria das condições de funcionamento da comarca do Nordeste, designadamente em termos de infra-estruturas e de meios humanos e técnicos afectos àquela comarca? 3 – Que avaliação faz o Governo do impacto que teria a extinção daquela comarca, não só no funcionamento global do sistema de justiça mas sobretudo para a população, designadamente no que respeita às condições de acesso dos cidadãos à justiça e aos tribunais? 4 – Que medidas vai o Governo adoptar no sentido garantir à população do concelho de Nordeste condições de acesso aos tribunais para exercício dos seus direitos?

No cumprimento do Memorandum de Entendimento (MoU) o Ministério da Justiça encontra-se a preparar a elaboração do Novo Mapa Judiciário no intuito de alcançar uma justiça mais célere, eficiente e segura. O Ministério da Justiça terá em consideração todas as infra-estruturas actualmente existentes em cada comarca, nomeadamente os custos referentes aos contratos de arrendamento com as instalações judiciais, bem como os recursos humanos afectos a cada tribunal.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

GABINETE DA MINISTRA

O Ministério da Justiça irá analisar as condições de cada Comarca, tribunal a tribunal, não deixando de fora a Comarca dos Açores, sempre segundo o critério da eficiência e do melhor para a justiça e para a região.

O princípio constitucional do acesso ao direito e à justiça estará sempre garantido, constituindo-se como princípio orientador da reforma do mapa judiciário.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete,



(João Miguel Barros)

SC/OC